



Ata nº 026 da Sessão Ordinária nº 026, de
22 de abril de 2014.

Às nove horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, SÉRGIO LEÃO** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 0464/2014; ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES e ANTÔNIO JOSÉ**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 014/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1380012003-00; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – Exercício 2003; Responsável: José Pereira de Almeida; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Nova Ipixuna a não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. José Pereira de Almeida, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte: I – Aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$-4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais), a título de multa equivalente a 10% (dez por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal dos dois semestres. 1.2 - R\$-53.121,21 (cinquenta e três mil, cento e vinte e um reais e vinte e um centavos), referente a conta "Agente Ordenador", tendo em vista as diferenças detectadas no Balanço Financeiro; II - multa ao FUMREAP; - R\$-3.000,00 (três mil reais), pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM; R\$-1.000,00 (um mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual"*. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Nova Ipixuna a não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. José Pereira de Almeida, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: I – Aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$-4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais), a título de



multa equivalente a 10% (dez por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal dos dois semestres; 1.2 – R\$-53.121,21 (cinquenta e três mil, cento e vinte e um reais e vinte e um centavos), referente a conta “Agente Ordenador”, tendo em vista as diferenças detectadas no Balanço Financeiro; com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP: - R\$-3.000,00 (três mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, “a” do RI/TCM; – R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 282, item I, “b” do RI/TCM, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 580012010-00; Prefeitura Municipal de Portel; Prestação de Contas de Governo - Exercício 2010; Responsável: Pedro Rodrigues Barbosa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Portel a não aprovação das contas de Governo do Executivo Municipal, exercício financeiro 2010, pelas faltas e irregularidades apontadas, com recolhimento de multa ao FUMREAP/TCM nos seguintes valores: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais) pelo descontrole administrativo e contábil pela realização de despesas sem dotação orçamentária correspondente a divergência entre o apresentado no e-contas e por meio documental, nos termos do art. 57, I, “a” e “b”, da Lei Complementar nº 084/2012, combinado com art. 282, I, “a” e “b”, do RI/TCM; - R\$-3.000,00 (três mil reais) pelo descumprimento da Lei do FUNDEB na aplicação da remuneração dos professores abaixo do mínimo legal, nos termos do art. 57, I, “a” e “b”, da Lei Complementar nº 084/2012, combinado com art. 282, I, “a” e “b”, do RI/TCM/Pa; com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 580012010-00; Prefeitura Municipal de Portel; Prestação de Contas de Gestão - Exercício 2010; Responsável: Pedro Rodrigues Barbosa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Portel, exercício financeiro 2010, com os seguintes recolhimentos: aos Cofres Municipais: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais) de multa pela remessa fora do prazo dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF's, do 1º ao 3º quadrimestres, em 151, 246 e 124 dias de atraso, respectivamente; ao FUMREAP/TCM: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais) de multa pela remessa intempestiva da LDO, da LOA, Balanço Geral, das Prestações de Contas do 1º ao 3º quadrimestres, e dos RREO's do 1º ao 6º bimestres, nos termos



do art. 284, I, III e IV, do RI/TCM/Pa; - R\$-3.000,00 (três mil reais) de multa pelo encaminhamento fora do prazo das Leis que fixaram a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e da Lei de que fixou diárias, nos termos do art. 284, do RI/TCM/Pa; - R\$-6.000,00 (seis mil reais) de multa sobre as despesas não licitadas no montante de R\$-3.403.652,99, com base no art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, bem como imediata ciência desta decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Processo nº 880022005-00; Câmara Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas Anuais de Gestão – Exercício 2005; Responsável: Elisângela Paiva Celestino; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Câmara Municipal de Concórdia do Pará, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Elisângela Paiva Celestino, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 30 dias, do valor lançado a conta "Agente Ordenador" no montante de R\$ R\$-4,17 (quatro reais e dezessete centavos), devidamente corrigido; - R\$-3.600,00 (três mil e seiscentos reais), correspondente a 10% da remuneração anual do Gestor, a título de multa, pela remessa intempestiva do RGF do 1º quadrimestre e não remessa dos RFG's do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP: com base no art. 284, I, do RI/TCM/Pa, o valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), em razão do atraso no envio das prestações de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres. **Processo nº 520022007-00; Câmara Municipal de Oeiras do Pará; Prestação de Contas Anuais de Gestão - Exercício 2007; Responsável: Antônio Ferreira Pinheiro; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Antônio Ferreira Pinheiro, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-610.580,76 (seiscentos e dez mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e seis centavos). **Processo nº 1330022008-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Francisco das Chagas Lima; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Francisco das Chagas Lima, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público



Estadual. **Processo nº 1200022006-00; Câmara Municipal de Palestina do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Oltair de Sousa Pereira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Palestina do Pará, exercício financeiro de 2006, com a expedição do Alvará de quitação no valor de R\$-303.892,85 (trezentos e três mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos). **Processo nº 1280022007-00; Câmara Municipal de Ulianópolis;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Afonso Alves de Moura; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Ulianópolis, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Afonso Alves de Moura, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 dias, da quantia de R\$-3.742,15 (três mil, setecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), devidamente atualizada, referente a divergência no valor do repasse do Executivo que não foi contabilizado pela Câmara, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 540022005-00; Câmara Municipal de Ourém;** Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Valdemiro Fernandes Coelho Júnior; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Ourém, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Valdemiro Fernandes Coelho Júnior, com o recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 dias, de multa no valor de R\$-1.200,00 (hum mil e duzentos reais), com fundamento no art. 5º, I, § § 1º e 2º da Lei nº 10.028/2000, pelo atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre, corresponde ao percentual de 5% dos vencimentos anuais do Ordenador. **Processo nº 540022006-00; Câmara Municipal de Ourém;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Valdemiro Fernandes Coelho Júnior; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Ourém, exercício



financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Valdemiro Fernandes Coelho Júnior, por estarem irregulares, nos termos do art. 52, II da Lei Complementar n.º 25/1994. O citado Ordenador, deve recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 dias, multa de R\$-1.200,00 (hum mil e duzentos reais), com fundamento no art. 5º, I, § § 1º e 2º da Lei n.º 10.028/2000, pelo atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre, cujo valor corresponde ao percentual de 5% dos seus vencimentos anuais R\$-24.000,00 (vinte e quatro mil reais)”. **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Relator, porém divergiu do percentual da multa pelo atraso na remessa do RGF fixando em 30% (trinta por cento), no que foi acompanhado pelo Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Ourém, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Valdemiro Fernandes Coelho Júnior, com recolhimento de multa aos Cofres Municipais, no prazo de 15 dias, com fundamento no art. 5º, I, § § 1º e 2º da Lei nº 10.028/2000, pelo atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre, **por maioria**, no percentual de 5% dos vencimentos anuais do Ordenador. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro José Carlos Araújo quanto o percentual da multa aplicada pelo atraso no envio do RGF. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 12: **Processo nº 524902007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Oeiras do Pará; Prestação de Contas Anuais de Gestão – Exercício 2007; Responsável: Áurea Gonçalves Pinheiro; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Oeiras do Pará, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Áurea Gonçalves Pinheiro, com a expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-597.534,10 (quinhentos e noventa e sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e dez centavos), após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-1.162,29 (hum mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos), com base no art. 282, I, “b” do Regimento Interno deste Tribunal, correspondente a 10% (dez por cento) do montante de R\$-11.622,95 (onze mil, seiscentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos), referente a não apropriação dos encargos patrimoniais dentro do exercício”. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Oeiras do Pará, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Áurea Gonçalves Pinheiro, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-597.534,10 (quinhentos e noventa e sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e dez centavos), **por maioria**, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa no valor de R\$-1.162,29 (hum mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos), com base no art. 282, I, “b” do Regimento Interno deste Tribunal, correspondente a 10% (dez por cento) do montante de R\$-11.622,95 (onze mil, seiscentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos),



referente a não apropriação dos encargos patrimoniais dentro do exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 520032007-00; Fundo Municipal de Educação de Oeiras do Pará;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – Exercício 2007; Responsável: Maria do Socorro Ferreira Pinheiro; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Oeiras do Pará - FME, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Maria do Socorro F. Pinheiro, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, os seguintes valores: 1 – aos Cofres Municipais: - R\$-1.087.444,89 (um milhão, oitenta e sete mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), relativa a diferença no valor transferido pela Prefeitura lançado a menor pelo FME, e não comprovação da totalidade do saldo financeiro final de caixa do exercício. 2 – Ao FUMREAP – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, I, “a” e “b” do Regimento Interno, pela aplicação de 54,68% dos recursos do FUNDEB, na remuneração do magistério, portanto, inferior ao limite mínimo de 60%, em grave infração constitucional pertinente ao Art. 60, XII, do ADCT e infração legal definida no art. 22 da Lei nº 11.494/07 (Lei do FUNDEB), com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Oeiras do Pará - FME, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Maria do Socorro F. Pinheiro, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias os Cofres Municipais, o valor de R\$-1.087.444,89 (um milhão, oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), relativo a diferença no valor transferido pela Prefeitura lançado a menor pelo FME, e a não comprovação da totalidade do saldo financeiro final de caixa do exercício; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, I, “a” e “b” do Regimento Interno, pela aplicação de 54,68% dos recursos do FUNDEB, na remuneração do magistério, portanto, inferior ao limite mínimo de 60%, em grave infração constitucional pertinente ao Art. 60, XII, do ADCT e infração legal definida no art. 22 da Lei nº 11.494/07 (Lei do FUNDEB). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 524912007-00; Fundo Municipal de Saúde de Oeiras do Pará;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – Exercício 2007; Responsável: Maria Elibeth Tenório Leão; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Oeiras do Pará, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Maria Elibeth Tenório Leão, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-7.346.117,59 (sete milhões, trezentos e quarenta e seis mil, cento e dezessete reais e cinquenta e nove centavos), após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de*



30 (trinta) dias, da multa de R\$ 2.132,28 (dois mil, cento e trinta e dois reais e vinte e oito centavos), com base no art. 282, I, "b" do Regimento Interno deste Tribunal, correspondente a 5% (cinco por cento) do montante de R\$-42.645,60 (quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), referente a não apropriação dos encargos patrimoniais dentro do exercício". **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Oeiras do Pará, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Maria Elibeth Tenório Leão, **por maioria**, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-2.132,28 (dois mil, cento e trinta e dois reais e vinte e oito centavos), com base no art. 282, I, "b" do Regimento Interno deste Tribunal, correspondente a 5% (cinco por cento) do montante de R\$ 42.645,60 (quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), referente a não apropriação dos encargos patrimoniais dentro do exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 652022008-00; Fundo Municipal de Saúde de Salinópolis;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Merian Beloniel Gomes; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas por Merian Beloniel Gomes, Ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Salinópolis, exercício de 2008, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 141812007-00; Fundação Municipal de Assistência ao Estudante de Belém;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Celeste Santos de Castro; Instrução: Auditor Alcimar Lobato da Silva /3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante de Belém - FMAE, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Celeste Santos de Castro, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-11.183.222,72 (onze milhões, cento e oitenta e três mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos). **Processo nº 33972010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Afuá;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Ariedna Figueiredo Pelaes Seixas (Período de 01.01 a 31.08.2010) e Mercedes Costa Silva (Período de 01.09 a 31.12.2010); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental,



o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Afuá, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Ariedna Figueiredo Pelaes Seixas (período de 01.01 a 31.08.2010) e de Mercedes Costa Silva (período de 01.09 a 31.12.2010), com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 72152010-00; Fundo Municipal de Educação de Anajás**; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Roselina Pinheiro Freitas; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Anajás, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Roselina Pinheiro Freitas, com recolhimento ao FUMREAP/TCM das seguintes multas: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso considerável da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo descumprimento do art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), com fundamento no art. 282-B, do RI/TCM/Pa; - R\$-3.000,00 (três mil reais), sobre a realização de despesas com procedimento licitatório irregular, com base no art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1114282008-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Breu Branco**; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Ilza Pastana Ferreira (Período 01/01 a 30/10) e Solimar Estumano dos Santos (Período 01/11 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Breu Branco, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Ilza Pastana Ferreira (período de 01/01 a 30/10) e Solimar Estumano dos Santos (período de 01/11 a 31/12), com a expedição dos Alvarás de Quitação respectivos. **Processo nº 1390072008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Piçarra**; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Margareth Rose Villela Amaral; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Piçarra, exercício financeiro de 2008, de



responsabilidade de Margareth Rose Villela Amaral, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 672792012-00; Fundo Municipal de Promoção e Assistência Social de Santa Cruz do Arari;** Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Jorge Alves Felipe; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Promoção e Assistência Social de Santa Cruz do Arari, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de Jorge Alves Felipe, com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais: - R\$-105.965,85 (cento e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; - ao FUMREAP/TCM: - R\$-3.600,00 (três mil e seiscentos reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas dos 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 284, I, II e IV, do RI/TCM/Pa; - R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 284, do RI/TCM/Pa; - R\$-4.000,00 (quatro mil reais), sobre as despesas de R\$-204.148,62 (duzentos e quatro mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos) não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1090052006-00; Fundo Municipal de Saúde de Aurora do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Telma Nivaldina Amaro Carvalho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Aurora do Pará, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sr.ª Telma Nivaldina Amaro Carvalho, com o recolhimento aos Cofres Públicos do valor de R\$-1.265.052,00 (hum milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, cinquenta e dois reais), no prazo de 30 (trinta) dias, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Às onze horas, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 313172006-00; Fundo Municipal de Saúde de Gurupá;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Abraão Corrêa Pantoja; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Gurupá, exercício financeiro de



2006, de responsabilidade do Sr. Abraão Corrêa Pantoja, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-1.545.909,32 (hum milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e nove reais e trinta e dois centavos), Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 320082006-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé Açu; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Diana Maria Guimarães de Paula; Instrução: Auditora Maria do Socorro Pessoa da Silva e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé - Açu, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Diana Maria Guimarães de Paula, por estarem irregulares, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referida Ordenadora recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$-61.944,50 (sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), referente à conta “Agente Ordenador”, originada das divergências na execução financeira, e para manutenção do saldo constatado. E ao FUMREAP, de acordo com o art. 3º, III, da Lei n. 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias; 2 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, das Relações de Inscrição em Restos a Pagar, e de Bens Móveis, além dos Extratos Bancários. Na forma do § 5º do art. 52 da Lei Complementar nº 25/94, cópia dos autos, deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé - Açu, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Diana Maria Guimarães de Paula, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da importância de R\$-61.944,50 (sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), referente à conta “Agente Ordenador”, originada das divergências na execução financeira e para manutenção do saldo constatado, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral superior a 90 (noventa) dias; 2 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, das Relações de Inscrição em Restos a Pagar, e de Bens Móveis, além dos Extratos Bancários. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1194012005-00; Fundo Municipal De Assistência Social de Novo Repartimento; Prestação de Contas – Exercício 2005 Responsável: Raquel Camargo da Silva Sousa; Instrução: Auditora Alessandra S. Tavares Braga; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**



Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Novo Repartimento, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade da Sra. Raquel Camargo da Silva Sousa, por estarem irregulares, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referida Ordenadora recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, as importâncias de: 1 – R\$-7.488,00 (sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), referente as OP's 658 e 886, cuja Relação de Beneficiários do Bolsa Família, não foi enviada para comprovar a legalidade do pagamento; 2 – R\$-40.522,32 (quarenta mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), relativo a doação de passagens, cujos Termos de Doação de Passagens, e Relação de Beneficiários não foi encaminhada, para comprovar a legalidade do pagamento; E ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação dos 1º e 2º quadrimestres; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal"*. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Novo Repartimento, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade da Sra. Raquel Camargo da Silva Sousa, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes importâncias: 1 – R\$-7.488,00 (sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), referente as OP's 658 e 886, cuja Relação de Beneficiários do Bolsa Família não foi enviada para comprovar a legalidade do pagamento; 2 – R\$-40.522,32 (quarenta mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), relativo a doação de passagens, cujos Termos de Doação de Passagens, e Relação de Beneficiários não foi encaminhada, para comprovar a legalidade do pagamento; cópia dos autos ao ministério Público estadual e ao Ministério Público Federal. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação dos 1º e 2º quadrimestres. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 542332006-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Ourém; Prestação de Contas – Exercício 2006 Responsável: Célia das Graças Leopoldino Saavedra; Instrução: Auditora Maria do Socorro Pessoa da Silva e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ourém, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Célia das Graças Leopoldino Saavedra, nos termos do art. 51, parágrafo único da Lei Complementar nº 25/94, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-301.400,40 (trezentos e um mil, quatrocentos reais e quarenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo.



Processo nº 542332007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Ourém; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Célia das Graças Leopoldino Saavedra; Instrução: Auditora Maria do Socorro Pessoa da Silva e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ourém, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da Sra. Célia das Graças Leopoldino Saavedra, nos termos do art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM. O Alvará de Quitação no valor de R\$-455.045,29 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos), deverá ser expedido a Ordenadora, somente após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 283, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias)”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ourém, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da Sra. Célia das Graças Leopoldino Saavedra, nos termos do art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ - 455.045,29 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos). **Por maioria:** recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 283, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 850042007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Vigia;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Ana Izabel Lobato Mansur; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Vigia, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Ana Izabel Lobato Mansur, nos termos do art. 51, parágrafo único, da Lei Complementar nº 25/94, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-1.028.649,04 (hum milhão, vinte oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quatro centavos). **Processo nº 201305064-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB;** Aposentadoria - Portaria nº 0308/2013, de 05.03.2013; Interessada: Eny Oliveira de Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada*



em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201311967-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal - IPMC**; Aposentadoria - Portaria nº 080/2013, de 22.07.2013; Interessada: Maria Nazaré de Lima; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201215204-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Dom Eliseu - IPSEMDE**; Aposentadoria - Portaria nº 123/2013, de 04.07.2013; Interessado: Luiz Nerico de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201205136-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira - ALTAPREV**; Pensão - Resolução nº 024/2012; Interessada: Lília Rocha Coutinho Fonseca e Gabriel Felipe Rocha da Fonseca; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de Pauta. **Processo nº 201217288-00; Instituto de Previdência Social Dos Servidores Do Município De Altamira - ALTAPREV**; Pensão - 2012, Resolução nº 25/2013, Concede Pensão Vitalícia; Interessada: Nildete Aranha de Sousa; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de Pauta. **Processo nº 201303552-00; Câmara Municipal De Porto De Moz**; Resolução nº 004 de 19/09/2013, que estabelece as Diárias dos Servidores; Interessado: Edmirson Conceição da Fonseca - Presidente da Câmara; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução nº 004/2013, com ressalva ao art. 5º, salientando que as despesas decorrentes do período de 25/02/2013 até 18/09/2013 devem ser glosadas e lançadas à responsabilidade do Sr. Ordenador. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Resolução nº 004, de 19/09/2013, que estabelece as diárias dos servidores da Câmara Municipal de Porto de Moz, com retroatividade à data da Resolução nº 003/2013. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 11: **Processo nº 910022002-00; Câmara Municipal de Curionópolis**; Prestação de Contas - Exercício 2002; Responsável: João Batista do Nascimento Veras; Instrução: Auditor José Alexandre Cunha Pessoa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.624, de 16.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator



proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Curionópolis, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade do Sr. João Batista do Nascimento Veras, com fulcro no art. 32, III, da Lei Complementar nº 084/2012, com aplicação de multa pela remessa intempestiva dos Relatório de Gestão Fiscal no valor de R\$-4.755,60 (quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), equivalente a 30% da remuneração anual do Ordenador, com fulcro no art. 5º, inciso I, parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000. - Multas com fulcro no art. 57, inciso I, da Lei Complementar nº 085/2012. - R\$-1.000,00 (mil reais), em face de despesas realizadas sem autorização orçamentária no montante de R\$-22.563,92 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos), em afronta ao art. 167, II, da Constituição Federal; - R\$-500,00 (quinhentos reais), pela desorganização nos registros contábeis o que gerou a contabilização à conta Receita a comprovar, conforme revela o Balancete Financeiro, sem, no entanto, configurar dano ao Erário; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela inobservância do art. 50, inc. II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao deixar de apropriar a totalidade de encargos patronais dentro do exercício em análise". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Curionópolis, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade do Sr. João Batista do Nascimento Veras, com fulcro no art. 32, III, da Lei Complementar nº 084/2012, com aplicação de multa pela remessa intempestiva dos Relatório de Gestão Fiscal no valor de R\$-4.755,60 (quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), equivalente a 30% da remuneração anual do Ordenador, com fulcro no art. 5º, inciso I, parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000. Por maioria: ao FUMREAP, com fulcro no art. 57, inciso I, da Lei Complementar nº 085/2012, aplicar as seguintes multas: R\$-1.000,00 hum (mil reais), face as despesas realizadas sem autorização orçamentária no montante de R\$-22.563,92 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos), em afronta ao art. 167, II, da Constituição Federal; - R\$-500,00 (quinhentos reais), pela desorganização nos registros contábeis o que gerou a contabilização à conta "Receita a Comprovar", conforme revela o Balancete Financeiro, sem configurar dano ao Erário; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela inobservância do art. 50, inc. II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao deixar de apropriar a totalidade de encargos patronais dentro do exercício em análise. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; 1) Processo nº 201318302-00 (IV vls); Prefeitura Municipal de Juruti; Recurso ordinário referente ao Processo nº 201008850-00, contra a decisão proferida pela Resolução nº 11.132. 2) Processo nº 201318664-00 (XIII vls); Prefeitura Municipal de Anajás; Recurso ordinário referente ao Processo nº 70012012-00, do exercício financeiro de 2012. 3) Processo nº 200716387-00 (Redistribuição); Grupo Assistencial Solar do Acalanto; Prestação de contas do Convênio nº 008/2007, firmado com a Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC. Relatora - Conselheira Mara Lúcia; 1) Processo nº 201320863-00; Câmara Municipal de Itupiranga; Recurso ordinário referente ao Processo nº 370022011-00, do exercício financeiro de 2011. 2) Processo nº 201318700-00; Fundo Municipal de Saúde de Garrafão do Norte; Recurso ordinário referente ao Processo nº 932762005-00, do exercício financeiro de



2005. Relator - Conselheiro Cezar Colares; 1) Processo nº 201400014-00 (III vls); Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia; Recurso ordinário referente ao Processo nº 700012006-00, do exercício financeiro de 2006. 2) Processo nº 201319266-00 (IV vls); Prefeitura Municipal de Novo Repartimento; Recurso de revisão referente ao Processo nº 1190012009-00, do exercício financeiro de 2009. 3) Processo nº 201321155-00; Fundo Municipal de Saúde de Curuá; Recurso ordinário referente ao Processo nº 1350042008-00, do exercício financeiro de 2008. 4) Processo nº 201319233-00; Secretaria Municipal de Economia de Belém – SECON; Recurso de revisão referente ao Processo nº 140102006-00, do exercício financeiro de 2006. Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; 1) Processo nº 201320500-00 (II vls); Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará; Recurso ordinário referente ao Processo nº 1230012003-00, do exercício financeiro de 2003. 2) Processo nº 201319306-00 (V vls); Prefeitura Municipal de Bonito; Recurso ordinário referente ao Processo nº 160012006-00, do exercício financeiro de 2006. 3) Processo nº 201400082-00 (XXIV vls); Fundo Municipal de Educação de Cametá; Recurso ordinário referente ao Processo nº 214292005-00, do exercício financeiro de 2005. 4) Processo nº 201314712-00 (IV vls); Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Boa Vista; Recurso ordinário referente ao Processo nº 802212008-00, do exercício financeiro de 2008. Relator - Conselheiro Sérgio Leão; 1) Processo nº 201321262-00 (II vls); Prefeitura Municipal de Anajás; Recurso ordinário referente ao Processo nº 070012006-00, do exercício financeiro de 2006. 2) Processo nº 201319836-00 (III vls); Prefeitura Municipal de Curralinho; Recurso de revisão referente ao Processo nº 280012008-00, do exercício financeiro de 2008. 3) Processo nº 201100542-00 (Redistribuição); Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Recurso reconsideração referente ao Processo nº 200716345-00, que negou aposentadoria Maria Madalena de Vasconcelos Costa. 4) Processo nº 200610416-00 (Redistribuição); Fundação Cultural de Belém – FUMBEL; Convênio nº 60/2006, firmado com Scena Filmes Ltda. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

ENCERRADA a presente Sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e dois de abril de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão